



TENDÊNCIAS ATUAIS E PERSPETIVAS FUTURAS EM ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

ATAS DO III CONGRESSO ISKO ESPANHA-PORTUGAL
XIII CONGRESSO ISKO ESPANHA

Universidade de Coimbra, 23 e 24 de novembro de 2017

Com a coordenação de

Maria da Graça Simões, Maria Manuel Borges

TÍTULO

Tendências Atuais e Perspetivas Futuras em Organização do Conhecimento: atas do III Congresso ISKO Espanha e Portugal - XIII Congresso ISKO Espanha

COORDENADORES

Maria da Graça Simões
Maria Manuel Borges

EDIÇÃO

Universidade de Coimbra. Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX - CEIS20

ISBN

978-972-8627-75-1

ACESSO

<https://purl.org/sci/atas/isko2017>

COPYRIGHT

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>)

OBRA PUBLICADA COM O APOIO DE



FLUC FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

2



CEIS 20
CENTRO DE ESTUDOS
INTERDISCIPLINARES
DO SÉCULO XX
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

FCT

Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

PROJETO UID/HIS/00460/2013



POLÍTICA DE INDEXAÇÃO PARA BIBLIOTECAS: ESTUDO DE ELABORAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E AVALIAÇÃO COM PESQUISA-AÇÃO INTEGRAL¹

Mariângela Spotti Lopes Fujita

*Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho-Unesp, 0000-0002-8239-7114,
fujita@marilia.unesp.br*

RESUMO A indexação não é processo isolado na organização da informação porque depende de um conjunto de condutas normativas, metodologias, padrões e linguagem sistematizados em Manual de Política de indexação elaborado conforme itens de infraestrutura, organização e clientela do sistema de informação articulados com as variáveis e elementos que influenciam a recuperação da informação. A recuperação da informação com especificidade e precisão é mais exigida aos catálogos *online* de bibliotecas tendo em vista a facilidade atualmente existente na web. A indexação com metodologias próprias de leitura, análise, identificação e seleção de conceitos, bem como de uso de linguagens de indexação conceituais, apresenta-se como recurso a ser amplamente utilizado na representação temática de registros bibliográficos e de autoridade de catálogos *online*. Com objetivo de sistematização do estudo de política de indexação realizado com uso da metodologia de pesquisa-ação integral com catalogadores de bibliotecas, apresentam-se as etapas de elaboração, implantação e avaliação durante a construção do manual de política de indexação.

PALAVRAS-CHAVE *política de indexação, indexação, catálogos de bibliotecas*

ABSTRACT Indexing is not an isolated process in the organization of information because it depends on a set of normative procedures, methodologies and systematized language and standards. An Indexing Policy Manual was elaborated according to the libraries infrastructure, organization and clientele of the information system taking into account the variables and factors that influence the information retrieval process. Since the web currently provides an easy and fast access, specific and precise information retrieval is more required in online catalogs of libraries. Indexing methodologies for reading, analysis, identification and selection of concepts, as well as the use of conceptual indexing languages, are some of the resources that can be widely used in the thematic representation of bibliographic and authority records of online catalogs. This paper presents the stages of elaboration, implementation and evaluation for the construction of an Indexing Policy Manual aimed to systematize the study of an indexing policy based on the methodology of integral action-research with libraries catalogs.

KEY WORDS *indexing, indexing policy, library catalogs*

COPYRIGHT Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>)

¹ Resultado do projeto de pesquisa “Política de indexação para bibliotecas” realizado com apoio do CNPq

INTRODUÇÃO

Indexação em bibliotecas é uma necessidade cada vez mais presente quando o assunto é recuperação da informação com especificidade, precisão e revocação em catálogos *online*. Mas, como e porque implantar a indexação para catálogos *online*? Para responder a esta questão, é preciso entender que a indexação envolve uma cultura a ser assimilada e seguida e que não diz respeito somente ao processo de indexação ou à linguagem de indexação, mas, sobretudo à definição de uma política de indexação realizada com a equipe da biblioteca.

As bibliotecas têm a necessidade de sistematizar processos e condutas de indexação e para isso dependem de uma política de indexação elaborada em consenso por catalogadores para o planejamento, elaboração e implantação de normas, procedimentos, técnicas e manual da política de indexação com orientações gerais e específicas.

Em estudo sobre política de tratamento da informação documentária com nove bibliotecas universitárias da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) para coleta de dados em três áreas do conhecimento – Odontologia, Engenharia Civil e Pedagogia, detectou-se que apesar de possuir um vasto acervo bibliográfico, a recuperação por assuntos não atendia as necessidades dos usuários. Os resultados indicaram, ainda, mudanças significativas no comportamento informacional de acesso e uso do catálogo por usuários que solicitam recuperação por assuntos com mais especificidade, compatibilidade com sua linguagem de busca e disponibilidade de mecanismos de interação (Fujita; Rubi; Boccato, 2009) anteriormente identificados nos estudos de Zumer e Zeng, 1994, Anderson, 1998, Miller, 2004, Gross e Taylor, 2005,

Com a constatação do problema de recuperação, os catalogadores das bibliotecas universitárias da Unesp decidiram, após dois cursos de capacitação sobre fundamentos da indexação para a catalogação em bibliotecas, pela elaboração do manual de indexação do sistema de bibliotecas da Unesp para elaboração, implantação e avaliação da política de indexação com o objetivo de aprimoramento da recuperação por assunto no catálogo *online*. Formou-se, para isso, Grupo de Política de Indexação com catalogadores das bibliotecas universitárias da Unesp e pesquisadores que acompanhou todo o desenvolvimento do Projeto de Pesquisa “Política de indexação para bibliotecas” (FUJITA, 2010).

Com o objetivo de sistematização do estudo de política de indexação realizado com uso da metodologia de pesquisa-ação integral, propõe-se apresentar as etapas de elaboração, implantação e avaliação de construção do manual de política de indexação para a rede de bibliotecas universitárias da Universidade Estadual Paulista.

O desenvolvimento da investigação utilizou metodologia de pesquisa-ação integral de Morin (2004) para elaboração, implantação e avaliação da política de indexação para bibliotecas com o Grupo de Política de indexação.

A POLÍTICA DE INDEXAÇÃO E O CONTEXTO DE BIBLIOTECAS

O funcionamento de uma unidade de informações deve ser considerado na elaboração de uma política de indexação com o objetivo de viabilizar e aprimorar o sistema de recuperação da informação. Esta visão mais ampliada da política de indexação tem enfoque na visão de Gil Leiva (2008, p.297) que a

compreende de dois modos: “[...] tanto a forma de realizar a indexação de uma determinada instituição como o esforço por concretizar, sistematizar e representar em manuais os processos seguidos na indexação.”

A elaboração de uma política de indexação para viabilizar e aprimorar o sistema de recuperação da informação deve considerar: “[...] características e objetivos da organização, determinantes do tipo de serviço a ser oferecido; identificação dos usuários, para atendimento de suas necessidades de informação e recursos humanos, materiais e financeiros [...]” (Carneiro, 1985, p. 221). Conforme Guimarães (2004) e Gomes (1989), estes aspectos estão vinculados a dois eixos, horizontal e vertical, que se configuram como estrutura da elaboração de política de indexação em um sistema de recuperação da informação. No eixo horizontal estão as atividades de gestão, em que recomenda-se a identificação da organização, a clientela e a infraestrutura, as quais são variáveis a serem examinadas em cada ambiente institucional para que seja possível a correlação com o eixo vertical das atividades de organização composta pelos elementos da política de indexação: cobertura de assuntos, seleção e aquisição de documentos-fonte, nível de exaustividade e de especificidade da indexação, escolha da linguagem de indexação, estratégia de busca e tempo de resposta do sistema.

Existem, portanto, duas visões de política de indexação que se complementam: uma visão mais ampliada que considera o contexto da gestão de sistemas de recuperação da informação sobre as atividades de indexação e a visão mais direcionada aos procedimentos e elementos de indexação circunscritos ao manual de indexação, sua operacionalização e avaliação.

As duas visões se complementam porque a política de indexação é um conjunto de procedimentos, materiais, normas e técnicas orientadas por decisões que refletem a prática e princípios teóricos da cultura organizacional de um sistema de informação.

Dessa forma, a política de indexação deve ser elaborada com uma visão mais ampliada que considera o contexto da gestão de sistemas de recuperação da informação sobre as atividades de indexação e a outra visão mais direcionada aos procedimentos e elementos de indexação circunscritos ao manual de política de indexação, necessário para o registro circunstancial das decisões sobre a operacionalização e avaliação.

Em bibliotecas o tratamento da informação inclui a catalogação para representação descritiva de seus recursos informacionais e, para a representação temática, a catalogação de assuntos e a classificação. A indexação, antes mais utilizada para serviços de indexação de resumos, desenvolveu-se mediante processos e sistemas de organização do conhecimento, tais como tesouros, ontologias, taxonomias (Hjørland, 2008), além de medidas de profundidade da indexação, determinadas pela exaustividade e especificidade passíveis de avaliação (Cleveland, Cleveland, 2001), atualmente utilizadas por qualquer tipo de unidade de informação cujo objetivo seja representar para recuperar informação.

A exaustividade e especificidade são alguns dos elementos que, articulados ao tipo de organização institucional, clientela e infraestrutura definem a política de indexação. Golub (2015, p.14) exemplifica a diferença entre a política de indexação da biblioteca escolar e da biblioteca universitária ao utilizar essa articulação:

Uma coleção de vários milhares de recursos de informação em temas gerais, como em uma pequena biblioteca escolar, por exemplo, não precisaria ser muito profunda ou específica; Uma biblioteca universitária com centenas de milhares de recursos de informação teria uma política de indexação mais exaustiva e específica.

Em estudos sobre a existência (Fujita, Santos, 2016, Fernandes, Prudencio, 2016) e ausência (Nunes, 2004) de política de indexação em bibliotecas observa-se que no Brasil as bibliotecas não articulam os conhecimentos teórico-práticos da indexação à gestão da informação e que a formalização da política de indexação é inexistente, o que justifica a ausência (Nunes, 2004). No estudo com bibliotecas do município do Rio de Janeiro (Fernandes e Prudêncio, 2016, p.121) observou-se que “em 56 bibliotecas mapeadas, observou-se que 73% não adotam política de indexação formalizada” e que os resultados das “entrevistas com gestores de 4 unidades sugerem investigar a ausência de política de indexação como decorrente da frágil formação administrativa de bibliotecários.” O diagnóstico realizado com 36 bibliotecas das regiões sul e sudeste do Brasil na investigação de Fujita e Santos (2016) comprovou que existem estágios de política de indexação entre as bibliotecas: completo, parcialmente completo e incompleto com deficiências. Esses estágios demonstram que a maioria das bibliotecas apresenta política de indexação completa e parcialmente completa, porém, a política regulamentada em manual de indexação são poucas que possuem e outras possuem manual de rotinas que poderiam ser transformados em manuais mais completos de política de indexação.

METODOLOGIA

O objetivo de formar equipes de catalogadores de bibliotecas para elaborar, implantar e avaliar política de indexação foi realizado mediante aplicação da metodologia de pesquisa-ação para elaboração e implantação e avaliação de política de indexação com intervenção na realidade dos participantes e das bibliotecas.

A escolha da metodologia da pesquisa-ação se deveu à necessidade do Projeto de Pesquisa “Política de indexação para bibliotecas” (Fujita, 2010) vivenciar, junto à equipe de profissionais das bibliotecas universitárias da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), a ação de elaboração, implantação e avaliação da política de indexação como forma sistematizada de melhor observar os problemas e as mudanças.

O universo da pesquisa-ação integral são 32 bibliotecas universitárias da Unesp, presentes em 23 cidades do interior do Estado de São Paulo no Brasil e o objeto de estudo é o catálogo *online* Athena. Os participantes do desenvolvimento da pesquisa-ação integral são 11 catalogadores indicados pela Coordenadoria Geral de Bibliotecas da Unesp, pesquisadores e estudantes de graduação e pós-graduação bolsistas que compõem os Grupos de Política de Indexação e Linguagem Unesp.

Tendo em vista a complexidade que envolvia a elaboração da política de indexação mediante resultados obtidos em pesquisas anteriores acerca da importância da política de indexação em catálogos coletivos on-line de bibliotecas universitárias, realizou-se estudo de observação participante de pesquisadores em política de indexação com um grupo de catalogadores de bibliotecas universitárias, visando elaborar, implantar e avaliar a política de indexação a partir da metodologia da pesquisa-ação.

A aplicação da metodologia foi realizada basicamente pela vivência do grupo com a realidade dos catalogadores e destes com a dos pesquisadores em uma contínua e espiralada troca de conhecimentos para a formulação e solução dos problemas e das restrições. A vivência trouxe a observação do prisma da pesquisa e entregou a análise com propostas de processos, métodos e instrumentos. Nessa perspectiva, a vivência foi desenvolvida durante reuniões quinzenais, ocasião em que se realizavam as discussões e também a elaboração, implantação e avaliação das propostas. As soluções idealizadas pelo

grupo aconteciam, também, por intermédio de cursos de capacitação (Quadro 1), elaborados e ministrados pelos pesquisadores aos catalogadores do grupo que, em seguida, capacitavam os demais catalogadores das bibliotecas, ou, eram cursos eram elaborados pelos catalogadores proficientes do grupo quando era necessário o conhecimento mais técnico (itens 4, 5 e 6 do Quadro 1). As avaliações dos processos, métodos e instrumentos da política de indexação foram sempre realizadas após período de tempo da realização dos cursos de capacitação.

Quadro 1: Cursos de capacitação para elaboração, implantação e avaliação da Política de indexação

Período – primeira etapa: elaboração da Política de indexação	
1. “Elaboração da Terminologia de Assuntos Unesp: possibilidades e perspectivas” para o Grupo de Política de Indexação da Rede de Bibliotecas da Unesp	17 e 18 de novembro de 2010
2. “Modelo de Leitura Documentária para Indexação na Catalogação de Assuntos de Livros em Bibliotecas” para o Grupo de Política de Indexação da Rede de Bibliotecas da Unesp	1º de junho de 2011
Período – segunda etapa: implantação e avaliação da Política de indexação	
3. “Modelo de Leitura Documentária para Indexação na Catalogação de Assuntos de Livros em Bibliotecas” para os catalogadores das bibliotecas darem início à implantação da proposta de Política de Indexação	16 e 17 e 23 e 24 de abril 2012, e 25 e 26 de junho de 2012
4. “Catalogação do registro de autoridade em formato Marc21” para o Grupo de Política de Indexação da Rede de Bibliotecas da Unesp	24 de agosto de 2012
5. “Catalogação do registro de autoridade em formato Marc21” realizado pelo Grupo de Política de Indexação para os catalogadores da Rede de Bibliotecas da Unesp	12 a 14 de novembro de 2012 e 03 e 04 de dezembro de 2012
6. “Ferramenta MARC EDIT” para o Grupo de Política de Indexação da Rede de Bibliotecas da Unesp	10 de abril de 2013
7. “Terminografia” para o Grupo de Linguagem	28 de abril de 2014
8. “Modelo de Leitura para indexação de textos narrativos de ficção” pela Profª Drª Deise Maria Antonio Sabbag para os Grupos “Política de Indexação” e “Catalogação” e catalogadores da Unesp	4 e 5 de setembro de 2014

Fonte: Fujita, 2016.

A pesquisa-ação integral é estruturada, de acordo com Morin (2004, p.61), em uma grade de análise do processo com 5 componentes: *contrato, participação, mudança, discurso e ação*. Morin (2004, p.61) esclarece a função de cada componente de modo objetivo, para facilitar sua aplicação que deriva do próprio entendimento da abordagem socioconstrutivista, e destaca que esses componentes são interdependentes e que a forma de compreendê-las deve ser dinâmica e sistêmica como expressado abaixo:

A *participação* é essencial. O *contrato* é uma das condições que a asseguram. A *mudança* é a finalidade. Os efeitos dessa participação ou ação negociada estão presentes no *discurso* ou na transformação dos espíritos e na *ação* encarada para resolver ou equacionar um problema da melhor maneira possível.

RESULTADOS

A metodologia qualitativa da pesquisa-ação subsidiou a análise de resultados e demonstrou o contexto e o panorama de complexidade de um sistema de bibliotecas universitárias com vistas ao estabelecimento de diretrizes para a construção de política e de manual de indexação.

O desenvolvimento da política de indexação pelo Grupo de Política de Indexação da Rede de Bibliotecas da Unesp compreendeu duas etapas cronologicamente demarcadas: na primeira, ocorreu a elaboração de uma proposta de política de indexação e, na segunda, a implantação da proposta, como segue.

DIAGNÓSTICO E ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE POLÍTICA DE INDEXAÇÃO

A primeira pesquisa “Avaliação da linguagem de indexação pela recuperação no catálogo” foi realizada a fim de se obter comprovação dos índices de precisão na recuperação por assuntos, campo 650, dos registros bibliográficos do catálogo *online* Athena mediante avaliação comparada das linguagens de indexação utilizadas por bibliotecas no Brasil, “Linguagem de Cabeçalhos de Assuntos da Rede Bibliodata” (LCARB), Vocabulário Controlado do Sistema de Bibliotecas da Universidade de São Paulo (VocaUSP) e linguagem natural.

A linguagem natural foi caracterizada pela linguagem que o usuário utilizou no momento da realização da busca por assunto. A Lista de Cabeçalhos de Assunto da Rede BIBLIODATA, elaborada pela Fundação Getúlio Vargas, era a linguagem de indexação utilizada até 2013 para a indexação e recuperação da informação no catálogo coletivo Athena que integra os acervos das trinta e quatro bibliotecas da Rede UNESP. A LCARB é uma linguagem pré-coordenada, de cabeçalhos de assunto autorizados e não autorizados. A Lista de Cabeçalhos de Assunto da Rede BIBLIODATA nunca foi disponibilizada pelo sistema de recuperação da informação na busca por assunto.

O Vocabulário Controlado do SIBi/USP foi desenvolvido pelo Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade de São Paulo (SIBi/USP). O VocaUSP é uma linguagem pós-coordenada, constituída de um repertório terminológico formado a partir da linguagem de especialidade e da linguagem natural de termos descritores e não descritores de várias áreas do conhecimento. Os relacionamentos hierárquicos e de equivalência existentes entre os termos constituem a macroestrutura do VocaUSP, possibilitando a representação e a recuperação por assunto dos documentos no catálogo *online* Dedalus da USP –que agrega o acervo das quarenta e quatro bibliotecas do SIBi/USP.

Tendo em vista os resultados e conclusões obtidas na primeira pesquisa de avaliação ficou claro que a linguagem influencia a busca, porém não tem alcance sobre uma grande quantidade de documentos recuperados pela linguagem natural, o que nos levou a considerar que existia, então, outro problema com maior influência do que a linguagem, o processo de indexação ~~ou a falta dele~~, o que mostrou a necessidade de realização de uma nova pesquisa.

A segunda pesquisa foi realizada com o objetivo de avaliar a consistência do processo de indexação a partir da linguagem de indexação LCARB, realizado conforme elementos de política de indexação em discussão para elaboração de proposta abaixo relacionados:

- Avaliar a linguagem em um processo de indexação determinado por uma política;
- Comparar os índices de precisão na recuperação da informação com uma amostra de livros indexados com e sem política de indexação.

A análise dos resultados obtidos revelou que a base reindexada conforme proposta de política de indexação para as bibliotecas universitárias da Unesp teve melhor desempenho na recuperação de assuntos dos temas selecionados, concluindo-se que:

- A definição de metodologia para o processo de indexação é necessário durante a catalogação;
- O uso de uma metodologia de indexação aumenta a exaustividade e a especificidade dando visibilidade aos conteúdos documentais das coleções das bibliotecas;

Considerando os aspectos de precisão e revocação, foi possível identificar e comprovar o problema de recuperação da informação no catálogo *online* Athena com os resultados obtidos pela primeira e segunda pesquisa. Após discussão e análise dos resultados, o Grupo de Política de Indexação recomendou que o problema de indexação na Rede de Bibliotecas da Unesp fosse solucionado mediante abordagem de dois aspectos:

Da linguagem:- a linguagem deve ser disponibilizada diretamente no sistema Aleph, para o bibliotecário, e no catálogo, para o usuário, para que o programa possa remeter o termo da linguagem natural diretamente para o termo autorizado e permitir a visualização dos respectivos registros bibliográficos.

Da Política de indexação:- deve ser adotada uma política de indexação para a Rede, com processos bem definidos e padronizados, para alcançar um grau plenamente satisfatório de precisão, exaustividade e consistência na indexação.

A primeira e segunda recomendações ensejou a realização, respectivamente, de dois cursos de capacitação ao Grupo de Política de Indexação: “Elaboração da Terminologia de Assuntos Unesp: possibilidades e perspectivas” e “Modelo de Leitura Documentária para Indexação na Catalogação de Assuntos de Livros em Bibliotecas” (Itens 1 e 2 do Quadro 1) que colaboraram para a elaboração da Política de Indexação.

A partir dos resultados das pesquisas, discussões do Grupo de Política de Indexação e das recomendações sobre a linguagem e a política de indexação foi elaborada a “Proposta de Política de Indexação para as Bibliotecas Universitárias da Unesp” (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2012) da Rede de Bibliotecas da Unesp conforme estudo elaborado pelo Grupo de Política de Indexação.

A partir de então se tornou vigente a adoção da “Política de Indexação para as Bibliotecas Universitárias da Unesp” que definiu padrões e procedimentos de indexação de registros de assunto no campo 650 do formato MARC21 de registros bibliográficos do catálogo *online* Athena.

IMPLANTAÇÃO E AVALIAÇÃO DA “PROPOSTA DE POLÍTICA DE INDEXAÇÃO PARA AS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS DA UNESP” – O MANUAL DE POLÍTICA DE INDEXAÇÃO PARA BIBLIOTECAS

O início da implantação se deu a partir de capacitação aos catalogadores das bibliotecas (Item 3 do Quadro 1), acerca da proposta de política de indexação com especial enfoque para o uso do Modelo de Leitura Documentária para a indexação de textos científicos, parte essencial da política de indexação que se refere ao processo de análise de conteúdo documentária utilizando uma metodologia sistematizada para o catalogador.

A partir dessas capacitações (Itens 1 a 6 do Quadro 1) houve uma mudança no processo de catalogação visando uma melhor indexação de assuntos do campo 650 dos registros bibliográficos com relação à: identificação dos registros modificados e acompanhamento da elaboração de registros de autoridade.

A partir de capacitação sobre “Formato de autoridade MARC21”, os catalogadores passaram a inserir novos registros de autoridade para nomes pessoais, corporativos e títulos uniformes (campos 100, 110 e 130 do formato MARC21), de assuntos tópicos (campos 150) e de assuntos geográficos (campos 151) na base principal (UEP10) de forma padronizada à medida que os registros bibliográficos eram criados ou modificados.

Com a aplicação da nova metodologia de trabalho foi possível a definição de um universo de 2.130 registros bibliográficos reindexados (marcados com campo IND) do qual foi retirada uma amostra de 600 registros para realizar uma terceira avaliação com o objetivo de verificar o uso do processo de indexação por meio das linguagens “Terminologia de Assuntos da Fundação Biblioteca Nacional”, “*Library Congress Subject Headings*” (LCSH) e “*Medical Subject Headings*” (MeSH). Essa avaliação utilizou a ferramenta MarcEdit para realizar por lotes a verificação e correção dos registros bibliográficos com campo IND.

Os resultados dessa terceira avaliação demonstraram que a política de indexação havia sido internalizada pelos catalogadores tendo em vista que a amostra de registros bibliográficos observada revelou que, de fato, eles realizaram os procedimentos e utilizaram os elementos e instrumentos da proposta de política de indexação. Além disso, foi observado o aparecimento de novos termos que necessitavam de controle, levando à ampliação da Linguagem Unesp.

Esses dois aspectos foram decisivos para a institucionalização da “Proposta de Política de Indexação para as Bibliotecas Universitárias da Unesp” e criação de um Grupo responsável pela Linguagem Unesp.

Nessa perspectiva foi criado o Grupo de Linguagem Unesp com a finalidade de construir a Linguagem Unesp a partir da importação dos registros de autoridade da Terminologia de Assuntos da Fundação Biblioteca Nacional do Brasil (TBN), *Library of Congress Subject Headings* (LCSH) e *Medical Subject Headings* (MeSH). O modelo terminográfico foi adotado para a criação de termos novos a partir do curso de capacitação “Terminografia” (item 7 do Quadro 1)

A institucionalização da “Proposta de Política de Indexação para as Bibliotecas Universitárias da Unesp” ocorreu com a publicação do “Manual de política de indexação para as bibliotecas universitárias da Unesp” (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2014) após ajustes decorrentes de avaliações e negociações originadas da aplicação da Proposta.

Em função da mudança que a política de indexação proporcionou foi solicitado pelos catalogadores o curso de capacitação “Modelo de Leitura para indexação de textos narrativos de ficção” (item 8 do Quadro 1) , sobre como indexar textos narrativos de ficção com metodologia adequada às estruturas textuais narrativas, idealizado por Sabbag (2013), pesquisadora do grupo, ..

Considerando os desafios enfrentados e a experiência adquirida, o Grupo de Política de Indexação organizou e publicou livro sobre todo o conhecimento adquirido na elaboração, implantação e avaliação da política de indexação com a finalidade de divulgá-lo às demais redes de bibliotecas (Fujita, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração, implantação e avaliação da política de indexação dependeu da participação ativa do Grupo de Política de indexação, cujos resultados são as avaliações e seus resultados, o Manual de política de indexação para bibliotecas e o livro que relata todo o processo realizado.

A pesquisa-ação integral realizada durante o processo de elaboração, implantação e avaliação promoveu a reflexão com a finalidade de identificar problemas ou avaliar mudanças. Os seminários de vivências profissionais, capacitações ou compartilhamento de experiências e dúvidas foram realizados para apresentar: sistematização teórica e metodológica sobre indexação e experiências de elaboração de políticas de indexação para a elaboração do plano de **ação**. A implementação e avaliação da Política de Indexação (plano de ação) pelas bibliotecas foi passo-a-passo discutido e analisado tanto pelo Grupo de Política de Indexação quanto pelos catalogadores e gestores das bibliotecas universitárias em reuniões, seminários e capacitações.

A partir deste relato da experiência de intervenção de pesquisa-ação integral foi possível observar a presença dos cinco conceitos da pesquisa-ação integral: o contrato, a participação, a mudança, o discurso e a ação. Com o avanço das avaliações e da elaboração da Proposta de Política de Indexação que se tornou a Política de indexação em Manual, passou a existir a **participação** de todos os atores com um **discurso** comum que culminou na elaboração da Proposta que se tornou o Manual de Política de indexação considerado, dentro da concepção da Pesquisa-ação integral, como **o contrato**. A Proposta e, depois o Manual, contém, portanto, **o discurso** da problematização, acompanhado dos resultados da avaliação, dos argumentos principais e, principalmente, das estratégias de **ações** para realizar a **mudança** de conduta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Anderson, S. (1998). A new horizon: an evaluation of a library online public access catalogue. *Library & Information Research News*, 22(72), 15-24.

Carneiro, M. V. (1985) Diretrizes para uma política de indexação. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, 14(2), p.221-241.

Cleveland, D. B., Cleveland, A. D. (2001). *Introduction to indexing and abstracting*. 3.ed. Greenwood Village, Co.: Libraries Unlimited. 283p.

Fernandes, G. C., Prudencio, D. S. (2016) Política de indexação em bibliotecas cariocas: mapeamento exploratório. *Ponto de Acesso*, Salvador, v.9, n.1,p. 122-142, abr. 2015. Recuperado de: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/viewFile/9885/9633>.

Fujita, M. S. L. (2010) *Política de indexação para bibliotecas*. Marília: Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista. (Projeto de pesquisa de Produtividade em pesquisa do CNPq).

Fujita, M.S.L. (2016) *Política de indexação para bibliotecas: elaboração, avaliação e implantação /* Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica. 142p

Fujita, M. S. L.; Santos, L.B.P. dos (2016) Política de indexação em bibliotecas universitárias: estudo diagnóstico e analítico com pesquisa participante. *Transinformação*, 28, p.59 - 76.

Gil Leiva, I. (2008) *Manual de indización*. Teoría y práctica. Gijón: Trea.

Golub, K. Subject (2015) *Access to information: an interdisciplinary approach*. Santa Barbara, CA: Libraries unlimited. 165p. Recuperado de: https://books.google.com.br/books?id=z_o7BQAAQBAJ&pg=PA14&lpg=PA14&dq=indexing+policy+definition&source=bl&ots=40yCOXP37g&sig=usYTVOG8KxBm7OKqw_vBl-S3dsI&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwjK1bCYz7bUAhWED5AKHe4JBcoQ6AEIczAJ#v=onepage&q=indexing%20policy%20definition&f=true.

Gomes, H. E. (1989) O indexador face às novas tecnologias da informação. *Transinformação*, Campinas, 1(1/2), p. 161-174.

Gross, T., Taylor, A. G. (2005). What have we got to lose? the effect of controlled vocabulary on keyword search-ing results. *College & Research Libraries*, 66(3), 212-230.

Guimarães, J. A. C. (2004) As políticas de indexação como elemento para a gestão do conhecimento nas. In: VIDOTTI, S. A. G. (Coord.) *Tecnologia e conteúdos informacionais: abordagens teóricas organizações e práticas*. São Paulo: Polis. p. 43-52.

Hjørland, B. (2008) What is knowledge organization? *Knowledge Organization*, 35(2/3), p.86-101.

Miller, D. H. (2004). User perception and the online catalogue: public library OPAC users “think aloud”. In: McIlwaine, I. A.C. (ed.). *Knowledge organization and the global information society: proceedings of the 8th Inter-national ISKO Conference, 13-16 July 2004, London, UK*. London: Ergon Verlag. V. 9, p. 275-280.

Morin, A. (2004) *Pesquisa-ação integral e sistêmica: uma antropedagogia renovada*. Trad. de Michel Thiollent. Rio de Janeiro: DP&A. 232 p.

Nunes, C. O. (2004) Algumas considerações acerca da ausência de políticas de indexação em bibliotecas brasileiras. *Biblos*, Rio Grande, 16, p. 55-62. Recuperado de: <https://www.seer.furg.br/biblos/article/view/411>.

Sabbag, Deise Maria Antonio. (2013) *Análise documental em textos narrativos de ficção: subsídios para o processo de análise*. 2013. Fls 138, 140-142. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília. Recuperado de: <http://hdl.handle.net/11449/103384>>..

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Coordenadoria Geral de Bibliotecas. (2014) *Manual de política de indexação para as bibliotecas universitárias da Unesp*. Mariangela Spotti Lopes Fujita (coord). São Paulo: Unesp. Recuperado de: <<http://www.biblioteca.unesp.br/portal/arquivos/manual-politica-indexacao>>

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Coordenadoria Geral de Bibliotecas. (2012) *Proposta de política de indexação para as bibliotecas universitárias da Unesp*. Mariangela Spotti Lopes Fujita (coord). São Paulo: Unesp.

Zumer, M.; Zeng, L. (1994). Comparison and evaluation of OPAC end-user interfaces. *Cataloging & Classification Quarterly*. // ISSN 0163-9374. 19(2), 67-98.